

MODALIDADE: DISPENSA 286/2024

ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133 de 01/04/2021, Art. 75, inciso II

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Global (Menor Preço)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 517/2024 - Requisição: 1265/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material pirotécnico, com montagem, desmontagem, acionamento e recolhimento de toda estrutura e artefatos que forem utilizados na execução do show pirotécnico, com tempo de queima de forma contínua de no mínimo 04 minutos, no dia 21 de dezembro de 2024, com início aproximado às 23h30, durante as atividades do evento "Natal Estrela Guia-2024", junto ao Parcão.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 05 de dezembro de 2024 ao dia 09 de dezembro de 2024, das 8h às 14h.

As propostas poderão ser protocoladas na sede da Secretaria de Compras, Licitações e Contratos ou através do e-mail contratos.triunfo.rs@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Triunfo, por meio da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento **Global (Menor Preço)**, na hipótese do **art.º 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21**, e demais legislações aplicáveis.

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para fornecimento de material pirotécnico, com montagem, desmontagem, acionamento e recolhimento de toda estrutura e artefatos que forem utilizados na execução do show pirotécnico, com tempo de queima de forma contínua de no mínimo 04 minutos, no dia 21 de dezembro de 2024, com início aproximado às 23h30, durante as atividades do evento "Natal Estrela Guia-2024", junto ao Parcão, conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas e anexos, não sendo permitida a subcontratação, no todo ou em parte do objeto.

**1.1** A aquisição ocorrerá conforme tabela constante abaixo:

Lote	Item	Unidade	Descrição/Especificação	Quantidade
1	1	un	Contratação de empresa especializada para execução de show pirotécnico, conforme Termo de Referência (Anexo III).	01

- 1.1.1 Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- **1.2** O critério de julgamento adotado será o **Global (Menor Preço)**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

- **2.1** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.1.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- **2.1.2** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.1.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:
  - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- **2.1.3.1** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.1.3.2 Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.1.3.3 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição; e
- **2.1.3.4** Sociedades cooperativas, considerando que o objeto demanda intermediação de mão-de-obra subordinada.

#### 3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- **3.1** O ingresso do fornecedor na disputa se dará com o cadastramento de sua proposta, na forma deste item.
- 3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- **3.2.1** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.
- **3.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- **3.4** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1 Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito

de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- **3.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- **3.8** No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, estar ciente às seguintes declarações:
- **3.8.1** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- **3.8.2** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- **3.8.3** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos:
- **3.8.4** Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- **3.8.5** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art.º. 93 da Lei nº 8.213/91.
- **3.8.6** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
- **3.9** O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante.

### 4 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- **4.1** Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço.
- **4.2** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares.
- **4.3** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **4.4** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 4.4.1 Contiver vícios insanáveis;
- 4.4.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;



- **4.4.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- **4.4.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- **4.4.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
  - **4.5** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- **4.5.1** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **4.5.2** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
  - **4.6** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  - **4.7** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço proposto.
  - **4.7.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
  - **4.8** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
  - **4.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
  - **4.10** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa de Licitação.

### 5 HABILITAÇÃO

- **5.1** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I Documentação exigida para habilitação deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.
- 5.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- a) ANEXO I Documentos de Habilitação e documentos complementares;
- **b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://certidoes.cgu.gov.br/)
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- **d)** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União TCU (<a href="https://portal.tcu.gov.br/certidoes/">https://portal.tcu.gov.br/certidoes/</a>);
- **5.2.1** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a>).
- **5.2.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **5.2.3** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- **5.3** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada.
- **5.3.1** É dever do fornecedor manter seu cadastro atualizado, ressaltando a importância do correto preenchimento do E-MAIL INSTITUCIONAL e TELEFONE, que serão utilizados para os contatos, avisos, notificações e demais atos administrativos junto ao Município e atualizar previamente as comprovações de seus documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- **5.3.2** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 5.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- **5.5** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade.
- **5.6** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n° 123, de 2006, estará dispensado:
  - (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e;
  - (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 5.7 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação.
- **5.7.1** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- **5.8** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6 CONTRATAÇÃO

- **6.1** Após a homologação, caso se conclua pela contratação, será emitida nota de empenho.
- **Nota:** Caso não haja termo de contrato, este poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, como nota de empenho de despesa, nos quais deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do aviso de dispensa. A redação do presente tópico procura abarcar ambas as hipóteses, sem prejuízo de eventuais ajustes que se façam necessários.
- **6.2** O recebimento da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- **6.2.1** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei no 14.133, de 2021;
- **6.2.2** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- **6.2.3** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei no 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

### 7 SANÇÕES

- 7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art.º. 155 da Lei no 14.133, de 2021, quais sejam:
- 7.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- **7.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **7.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;
- **7.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **7.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **7.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **7.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- **7.1.9** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **7.1.10.1**Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **7.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- **7.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- **7.2** O Fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento), por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- **7.3.1** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
- **7.3.3** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- **7.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- **7.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **7.4** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (caso haja) ou será cobrada administrativa ou judicialmente.
- **7.5** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- **7.6** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 7.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Especial PAE.
- **7.8** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei no 12.846, de 1° de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- **7.9** O processamento do PAE não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**7.10** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei no 14.133, de 2021.

### 8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **8.1** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- **8.2** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- **8.3** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.
- **8.4** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **8.5** As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **8.6** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- **8.7** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- **8.8** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentação exigida para habilitação; ANEXO II – Modelo de proposta financeira (proposta final); ANEXO III – Termo de Referência;

Triunfo, 04 de dezembro de 2024.

VALDAIR ALFF DE BARCELOS
Agente Administrativo

#### **ANEXO I**

## DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

**DISPENSA N° 286/2024** 

### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; ou
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; ou
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; ou
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 2.2. Prova de regularidade com a FAZENDA FEDERAL, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

## **ANEXO II**

### **MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA**

								L	JISPENS	OA N° 200/	/2024
A en	npresa								, co	m sede	na
					_, N	_ – Ba	airro		, r	na cidade	de
			, CEP		, inscrita	no CNP	<sup>9</sup> J N°			, nest	e ato
repres	entada		pelo	seu	_				,		nhor
-							,	portador	do	CPF	N°
			, e-ma		ucional:						,
	es:			,	propõe ad	Municíp	io de Tri	unfo, refe	erente a/	o <b>contrat</b> a	ação
desmo execu- no dia "Natal	ontagen ção do 21 de e Estrela	n, acionan show piro dezembro a Guia-202	izada para nento e rec técnico, cor de 2024, co 24", junto a	olhimento n tempo o m início a o Parcão,	de toda de queima aproxima objeto do	estrutui i de forn do às 23 o Edital e	r <b>a e arte</b> na contír 3h30, du em epigra	fatos qu nua de n rante as	e forem o mínim atividad	utilizado lo 04 minu des do ev	s na utos, ento
referêr	ncia, ber	n como os	demais ane	xos forned	cidos, a se	guinte p	roposta:				
propos b) Praz c)	sta. zo para Caso	a entrega o	a é de 60 (s do objeto: co a en	onforme te	rmo de re vencedor	ferência a, in	e edital. dicamos	o	(a)	senhor	(a)
N			e RG	, na iunç N	ao ue		como	nrencet	_, portac	sea empr	202 201
autoriz	ado me	diante con	trato social	nrocurac	-ão / estat	uto ou o	utro doci	imento I	oue 110 Anala f	irmar cont	roto
(caso h		diante con	lialo sociai	procuraç	au / Estat	ulo ou o	ulio uoci	umento i	egai, a i	IIIIIai Coni	ιαιυ
	ıaja <i>)</i> . <b>ço Pro</b> p	octo:									
u) rie	ÇOTTOP	osto.									
Lote	Item	Unidade	Descr	ição/Espe	cificação		Quant	Valor U	Initário	Valor To	tal
			Contrataçã			mpresa					
1	1	un	especializa pirotécnico Referência	, confor	xecução d me Terr	le show no de	01				
da <b>DIS</b> discreptodas relativa	SPENSA pância e as cond a à realiz	A Nº 286/20 entre quais dições que zação integ	ninamos, cor <b>024</b> , bem co quer informa possam de pral de seu ol contidas tal	mo verific ações ou qualquer ojeto, assu	amos toda document forma, ir umindo tot	as as es os que fluir nos al respor	pecificaç dele faze custos, rsabilidad	ões nela em parte assim o de pelas	contida: , e estai omo qua informaç	s, não hav mos ciente alquer des	endo es de spesa
			esponsabilida er fornecido								ıdos
ou insa	alubre e	não empr	claramos qu egamos me artigo 7°, XX	nor de 16	anos, sa	vo mend					
nossa	contrata		te, sob as pe resente proc		•	•					



# **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 222/2024**

•							
/\	ta	n	$\sim$ 1.	osa	m	$\sim$ r	nta
_	110			130		<b>CI</b>	116

 ,	 de _	de 202_	

Assinatura do Representante Legal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO

Secretaria de Compras, Licitações e Contratos

## **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 222/2024**

#### **ANEXO III**

### TERMO DE REFERÊNCIA

**DISPENSA N° 286/2024** 



#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO:

Contratação de empesa especializada para fornecimento de material pirotécnico, com montagem, desmontagem, acionamento e recolhimento de toda estrutura e artefatos que forem utilizados na execução show pirotécnico, com tempo de queima de forma contínua de no mínimo 04 minutos, no dia 21 de dezembro de 2024, com início aproximado às 23h30, durante as atividades do evento "NATAL ESTRELA GUIA"- 2024, junto ao Parcão.

#### 2. JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as atividades proposta para realização do evento "NATAL ESTRELA GUIA" – 2024 e, diante de um evento tão significativo que irá reunir a comunidade local e regional, será realizado show pirotécnico com fogos de artifícios.

Diante desse cenário natalino, a espetacularidade dos fogos de artificio está associada à alegria e festividade da época, fortalecendo assim, os laços da comunidade. Esta contratação reflete o compromisso em proporcionar experiências memoráveis e valorizar os eventos locais, demonstrando cuidado e respeito ao interesse dos munícipes.

Um show pirotécnico cria um espetáculo visual e sensorial que cativa o público, com luzes e cores, criando um ambiente festivo, realçando o momento de celebração, atraindo um público maior e gerando maior engajamento, transformando nosso evento em uma experiência única, tanto para os presentes quanto para a comunidade em geral.

Frente ao exposto, entendemos ser justa a contratação de empresa para realização de show pirotécnico.

#### 3. ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS EQUIPAMENTOS E QUANTIDADES:

Item	Especificação	Un	Quant	
1-	Execução de show pirotécnico com tempo de queima de forma contínua, de no mínimo 04 minutos, show composto de no mínimo:  a) 02 conjuntos de 100 tubos com 20mm e disparo vertical, dividido em diversas cores e efeitos;  b) 01 conjunto de 126 tubos com 25mm e disparo vertical, em leque, dividido em diversas cores e efeitos;  c) 01 conjunto de 49 tubos com 30mm e disparo em leque, efeito cometa e explosão crossete;  d) 01 conjunto de 80 tubos com 30mm e disparo em leque, efeito trassante e explosão de cores;	un	O1 SONIE CONSERVA SONIE CONTRACTOR	

10

1doc.com.br/verificacao/4F28-AA98-CFAC-043C e informe o código 4F28-AA38-CFAC-043C



## **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 222/2024**



- e) 01 conjunto de 100 tubos de 30mm e disparo em leque, efeito explosão de cores;
- f) 01 conjunto de Morteiros com 25 bombas de 2,5 polegadas, dividido em diversas cores e efeitos, disparo vertical;
- g) 03 conjuntos de Morteiros com 20 bombas de 3,0 polegadas, dividido em diversas cores e efeitos, disparo vertical.

#### 4. DATA E LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

O show pirotécnico será realizado no dia 21 de dezembro de 2024, com início aproximado às 23h30, em uma área reservada, junto ao Parcão.

#### 5. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O Contrato terá vigência até o dia 22/12/2024.

#### 6. FORMA DE PAGAMENTO:

Os preços ofertados nesta contratação, serão pagos de forma integral, em até 30 dias, após a emissão da nota fiscal, devidamente assinadas pelo setor competente, comprovando a entrega dos serviços nas quantidades determinadas pela Secretaria de Turismo e Cultura.

#### 7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar comprovação de aptidão técnica por meio de, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante executado serviço(s) de características, prazos e quantidades similares e pertinentes ao objeto do presente certame, sendo que este(s) atestado(s) deverá(ão) ser de serviço(s) já concluídos.

#### 8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- Executar os serviços conforme especificações contidas neste Termo de Referência, com a alocação de colaboradores necessários ao perfeito cumprimento do contrato, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade suficiente para execução do serviço;
- Atender a Legislação Municipal Nº. 2.926, de 02 de agosto de 2018 que dispõe sobre o uso de fogos de artifício silenciosos em eventos públicos e particulares no Município de Triunfo;
- Dispor de Técnico Bluster ou encarregado de fogo, como responsável pelo projeto pirotécnico habilitado conforme legislação vigente;
- Plano de segurança do espetáculo pirotécnico;

assinaturas, acesse https://triumfo.tdoc.com.ter/verificacao/4F28-AA68-CFAC-043C e informe o código 4F28-AA68-CFAC-043C FABRICIO JUNIOR VIEGAS das assinaturas, acesse https venificar a validade 500 Assimado

D



## **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 222/2024**



- Apresentação de Alvara de Prevenção e Proteção contra incêndio da apresentação pirotécnica, devendo ser responsabilidade deste o processo de PPCI junto aos Bombeiros, taxas, custos, seguindo Normativa do CBMRS para eventos temporários;
- Documentos de habilitação do técnico em pirotecnia;
- Apresentar Alvará de autorização da Policia Civil;
- Declaração do(s) técnico(s) que estarão de plantão nos locais determinados dos fogos;
- Apresentar Certificado de registro expedido pelo Ministério da Defesa;
- Delimitar da área de segurança do espetáculo pirotécnico, conforme legislação vigente (gradil ou barreira física similar por conta da Contratada);
- Dispor de extintores de Incêndio devidamente sinalizada conforme normas vigentes e Anotação de Responsabilidade Técnica.
- Atender as demandas de seus colaboradores com transporte, alimentação, estadia, seguro pessoal de toda a equipe, EPIs e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme legislação vigente, e também, demais despesas necessárias para a execução do serviço, certificações ou autorizações;
- Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, materiais elétricos, impostos, taxas, encargos, seguros, fretes, carrego e descarrego decorrentes do fornecimento dos serviços, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Triunfo.
- Garantir a capacidade técnica da mão-de-obra oferecida;
- Transporte de todo o material/equipamento necessário para execução dos serviços;
- Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante todo o processo deste serviço;
- Substituir às suas expensas, todo e qualquer serviço executado ou em execução em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou má qualidade;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a entrega e realização dos serviços no local a ser informado ao contratado;
- Responsabilizar-se pela fiel entrega dos serviços no prazo estabelecido;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução deste serviço.

#### 9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento a CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital.
- Designar servidores da Secretaria de Turismo e Cultura para proceder o acompanhamento dos serviços;
- Acompanhar a execução e fiscalização do serviço durante toda a vigência do Contrato.
- Notificar por escrito, à Contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços.

das assinaturas, acesse https://thiunfo.idoc.com.br/verificacaci4F28-AA98-CFAC-043C e informe o código 4F28-AA98-CFAC-043C FABRICIO JUNIOR VIEGAS por 1 pessoa: verificar a validade





## **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 222/2024**



- Acompanhar a execução dos serviços, podendo intervir durante a sua realização, para fins de ajuste ou suspensão, inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os resultados atingidos.
- Outras obrigações constantes no Edital.

#### 10. DISPOSIÇÕES GERAIS:

Os serviços deverão ser cotados levando em consideração que os serviços serão prestados no município de Triunfo, conforme descrito acima.

Fabricio Junior Viegas Secretário Municipal de Turismo e Cultura Assinado por 1 pessoa: FABRICIO JUNIOR VIEGAS. Para venificar a validade das assinaturas, acesse https://triunto.1doc.com.br/venificaacao/4F28.4A88-CFAC-043C e informe o código 4F28-A488-CFAC-043C

